

A diversidade é o destino

Gley Silva de Pacheco Costa¹

Resumo: Considerações psicanalíticas sobre o conceito de gênero à luz das novas apresentações da sexualidade e da parentalidade, nas quais é questionada a linearidade sexo-gênero-prática sexual em consonância com a afirmativa de Freud (1925) de que a masculinidade e a feminilidade puras não passam de construções teóricas de conteúdo incerto: resultam, conforme a hipótese de Butler (1990), de um discurso hegemônico respaldado pela cultura, pela religião e pela ciência, em prejuízo do reconhecimento das diferenças que, no mundo contemporâneo, conferem ao amor a sua maior expressão nos relacionamentos de todos os níveis.

Palavras-chave: Diferença sexual. Gênero. Mundo contemporâneo. Parentalidade. Sexualidade. Teoria psicanalítica.

A exigência de que haja um tipo único de vida sexual para todos não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim fonte de grave injustiça.
S. Freud (1930[1921])

Introdução

Constitui tarefa inarredável de todo psicanalista na atualidade estudar as novas apresentações da sexualidade e da parentalidade, tendo presente que revisar os fundamentos da psicanálise no âmbito dessa temática implica debater e questionar os consensos a respeito das diferentes teorizações sobre a diferença sexual, o complexo de Édipo, a inveja do pênis na mulher e o complexo de

¹ Membro Fundador, Titular e Didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA).

castração, assim como sobre as concepções de identidade sexual e de gênero. Para tanto, faz-se necessária uma psicanálise aberta a novas reflexões, que leve em consideração as mudanças do mundo contemporâneo e que apresente suficiente porosidade e mobilidade de seus limites para possibilitar revisões e trocas com outros campos do saber.

Cientes dessa realidade, neste trabalho, objetivamos estudar o conceito de gênero como forma de repensar os processos de subjetivação no mundo atual dentro do marco psicanalítico.

Breve revisão da teoria psicanalítica

Freud escreveu 30 artigos sobre sexualidade, que vão de 1898, com *Sexualidade na etiologia das neuroses*, até 1931, com *Sexualidade feminina*, além de dois capítulos das *Novas leituras introdutórias de psicanálise*, de 1933, e das publicações póstumas: *Esquema de psicanálise* e *Divisão do ego no processo de defesa*, ambas de 1938. Essa produção revela não só a importância concedida por Freud ao assunto como, principalmente, sua complexidade, responsável por algumas contradições em suas afirmativas. Inobstante, numa referência ao que hoje relacionamos com o gênero, destacou que as ligações de sentimentos libidinais a pessoas do mesmo sexo não desempenham, enquanto fatores de vida psíquica normal, um papel menor que aqueles que se dirigem ao sexo oposto; representam, isso sim, a liberdade de dispor livre e indiferentemente de objetos masculinos e femininos em seus relacionamentos amorosos. Esse ponto de vista é enfatizado nas três seguintes passagens:

A atitude sexual definitiva do indivíduo não se define senão depois da puberdade e é o resultado de numerosos fatores, nem todos ainda conhecidos: alguns são de natureza constitucional, os outros, porém, são acidentais. Sem dúvida, alguns desses fatores podem ter tal importância que cheguem a influenciar o resultado em seu sentido. Mas, geralmente, a multiplicidade dos fatores determinantes se reflete na variedade das atitudes sexuais manifestas que se expressam nos seres humanos (Freud, 1905, p. 146, nota acrescentada em 1915).

Todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto (Freud, 1925, p. 320).

É bem sabido que em todos os tempos houve, como ainda há, pessoas que podem tomar como objetos sexuais membros do seu próprio sexo, bem como do sexo oposto, sem que uma das inclinações interfira na outra. [...] Todo ser humano é bissexual e sua libido se distribui, quer de maneira manifesta, quer de maneira la-

tente, por objetos de ambos os sexos. [...] A heterossexualidade de um homem não se conformará com nenhuma homossexualidade e vice-versa. Se a primeira é mais forte, ela obtém êxito em manter a segunda latente. [...] Cada indivíduo só possui à sua disposição uma certa cota de libido, pela qual as duas inclinações rivais têm de lutar. Não está claro porque as rivais nem sempre dividem a cota disponível de libido entre si, de acordo com a sua força relativa, já que assim podem fazer em certo número de casos (Freud, 1937, p. 277).

Na verdade, Freud sempre acreditou na força das disposições sexuais, masculina e feminina, em homens e mulheres, configurando uma bissexualidade inata. Em *O ego e o Id* (1923), atribui a essa força o desfecho da situação edípica, ou seja, se resultará numa identificação com o pai ou com a mãe, justificando a impressão de que o complexo de Édipo é sempre completo: positivo e negativo. Segundo suas palavras, “isto equivale a dizer que um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha afetiva pela mãe, mas que, ao mesmo tempo, também se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetiva feminina para com o pai e um ciúme e uma hostilidade correspondentes em relação à mãe” (p. 47).

Em que pese a esses textos o fato de evidenciarem que Freud, ao longo de toda a sua obra, não se afastou de sua convicção sobre a existência de uma bissexualidade inata e do polimorfismo da sexualidade infantil, aparentemente, os psicanalistas se apegaram à frase “A anatomia é o destino” (Freud, 1924, p. 222). Divergindo dessa tendência, encontramos em McDougall uma das contribuições psicanalíticas pós-freudianas mais abrangentes sobre a sexualidade humana. Em *Teoria sexual e psicanálise* (1999), destaca que qualquer que seja o valor que se possa dar às diferentes teorias psicanalíticas, ao final, todas concordam em situar a sexualidade em um universo somato-psíquico criado pelas universais pulsões libidinais a partir dos primeiros contatos do bebê com o corpo da mãe. Isso gera já em seu nascedouro uma série de conflitos psíquicos, provocados pelo inevitável choque entre os impulsos internos do recém-nascido e as restrições da realidade externa. Por conta disso, enfatiza: “A sexualidade é inerente e inevitavelmente traumática e força o ser humano a um eterno questionamento” (p. 12).

A parte mais importante da contribuição dessa autora é a abordagem que faz da sexualidade arcaica, relacionada às descobertas da alteridade e da diferença entre os sexos. De acordo com esse ponto de vista, na fase edípica, nas suas dimensões homo e heterossexual, as crianças se veem frente a múltiplas frustrações e sonhos impossíveis: em particular, o desejo de pertencer a ambos os sexos e possuir os genitais tanto da mãe quanto do pai. Como resultado dos universais

desejos bissexuais, a homossexualidade primária da garotinha inclui seu desejo de possuir sexualmente sua mãe, de penetrar sua vagina, entrar em seu corpo e, algumas vezes, devorá-la, como um meio de posse total do objeto materno e dos seus poderes mágicos, num mundo do qual os homens estão excluídos.

Mas as fantasias da menininha também incluem o desejo de ser um homem como seu pai, de ter os seus órgãos genitais e, assim, vir a possuir todo o poder e qualidades que lhe atribui, fazendo na vida de sua mãe o papel do pai. O menino se imagina parceiro sexual de seu pai, fantasiando incorporar oral ou analmente o pênis paterno para que venha a possuir os órgãos genitais do seu pai e seus privilégios, tornando-se, dessa forma, um homem. Mas esse menino também é invadido pela fantasia de tomar o lugar de sua mãe nas relações sexuais e obter um bebezinho do seu pai. Igualmente, ele sonha ser penetrado pelo pai como imagina que a mãe seja e também tem fantasias de penetrar seu pai. Na verdade, existem inumeráveis caminhos potenciais pelos quais essa corrente libidinal bissexual universal pode encontrar expressão e assim ser integrada à organização psicosssexual. Embora esses impulsos possam dar origem ao sofrimento neurótico ou psicótico, eles também podem simples e prontamente se transformar em um fator de enriquecimento psíquico.

Diz McDougall (1999), no citado artigo:

O substrato bissexual dos seres humanos serve não somente para enriquecer e estabelecer os relacionamentos amorosos e sociais como também fornece um dos elementos aptos a estimular a atividade criativa – embora precise ser admitido que essa mesma dimensão pode ser fonte de bloqueios criativos se os desejos bissexuais inconscientes forem fonte de conflito ou interdição (p. 17).

Sendo assim, qualquer forma de predileção sexual somente deve ser considerada um problema clínico em busca de solução se chegar a um nível em que a sexualidade do indivíduo crie conflito e sofrimento psíquico, e somente devem ser consideradas perversas as atividades sexuais do indivíduo que não levam em consideração as necessidades e os desejos do parceiro. Segundo a autora, portanto, a heterossexualidade é apenas uma das possibilidades da traumática e multifacetada sexualidade infantil.

Sobre o conceito de gênero

O conceito de gênero consolidou-se a partir da década de 70 em várias áreas, como a sociologia, a antropologia, a psiquiatria, a psicanálise e a cultura como um todo. É provável que o seu ponto de partida tenha sido o movimento feminista

a partir da França, em particular o livro de Simone de Beauvoir *O segundo sexo* (1949), do qual ficou famosa a frase *Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*.

O gênero é constituído por comportamentos, preferências, interesses e posturas, incluindo a forma de se vestir, andar e falar, histórica e socioculturalmente estabelecidos, configurando a masculinidade e a feminilidade – nem sempre concordantes com a identidade sexual estabelecida pela anatomia. Por conta disso, de certa forma, é o outro, funcionando como um espelho falante, que confere a identidade de gênero ao indivíduo.

Uma contribuição importante para uma distinção entre sexo e gênero encontramos nos estudos pioneiros de Money (1955, 1956, 1965) sobre hermafroditismo. O autor e seus colaboradores evidenciaram que o primeiro e crucial passo para a diferenciação de gênero era a autodesignação da criança como sendo do sexo feminino ou masculino de acordo com a atribuição sexual e a educação, resultando nas definições de *identidade de gênero* (a experiência privada da função de gênero) e de *função de gênero* (a expressão pública da identidade de gênero). Destaca-se, nos trabalhos de Money, a afirmação de que a diferenciação do gênero se define a partir de um ano e meio de idade e que, por volta dos quatro anos e meio, ela se encontra plena e irreversivelmente estabelecida.

Na sua relação com o sexo, o gênero, fruto de uma construção cultural, não é nem o resultado causal do sexo anatômico nem tampouco é tão fixo quanto ele, estabelecendo-se entre ambos uma descontinuidade radical. Não obstante, pergunta Butler (1990):

E o que é, afinal, o sexo? Não seria também o caráter 'natural' da dualidade do sexo produto de um discurso científico? Talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente produzido quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (p. 27).

De fato, na acepção de Person e Ovesey (1999), o gênero precede a sexualidade, ao afirmarem, com base em Baker (1981), que “o gênero, resultante de eventos pós-natais, organiza a escolha do objeto e as fantasias sexuais” (p. 145).

No campo da psicanálise, a concepção de gênero, até hoje aceita com reservas, desenvolveu-se lentamente a partir de Stoller (1968, 1975, 1985) com a diferenciação entre *identidade sexual*, conferida pelos genitais, e *identidade de gênero*, dada ao indivíduo pelo ambiente, pois, segundo as palavras desse autor, ao nascer, não sabemos o que é masculino ou feminino; são os pais e a sociedade que nos ensinam. Para Stoller, o termo *identidade de gênero* refere-se à mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, significando que tanto a

masculinidade quanto a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes. Corresponde a uma convicção sustentada pelos pais e pela cultura, razão pela qual ela sofre modificações no tempo e no espaço. A *identidade de gênero nuclear*, ainda de acordo com Stoller, é uma convicção de que a designação do sexo da pessoa é anatômica e psicologicamente correta e se estabelece de forma quase inalterável em torno dos dois ou três anos de idade. Os trabalhos desse autor ofereceram uma melhor compreensão dos transexuais – pessoas em que a identidade sexual e a identidade de gênero se encontram em oposição, levando alguns casos a realizar uma mudança do sexo anatômico para corresponder ao gênero.

Mais recentemente, Lander (2010) publicou um interessante artigo intitulado *A masculinidade questionada*, no qual desenvolve o conceito de *essência do gênero*, correspondente à estrutura sexual interna, relacionada ao inconsciente freudiano a partir de quatro registros diferenciais: (1) sadismo e masoquismo; (2) perversão e erotomania; (3) ingenuidade e intriga; e (4) violência assassina e maldade oculta². A estrutura sexual inconsciente ou, como denominou Lander, a essência do gênero – masculina ou feminina – independe de a pessoa ter nascido homem ou mulher e, ainda, de sua orientação na escolha do objeto sexual ser homossexual ou heterossexual. Conseqüentemente, um indivíduo pode nascer com o órgão anatômico masculino, desenvolver uma estrutura sexual inconsciente feminina e estabelecer uma relação heterossexual, se for com uma mulher, ou homossexual, se for com um homem. Na dependência da estrutura sexual inconsciente da parceira ou do parceiro, essas relações serão homossexuais ou heterossexuais apenas na aparência.

Por meio da literatura sobre o tema, incluindo-se os citados escritos psicanalíticos, tem-se a impressão de que gênero é algo bem definido. No entanto, podemos considerar que não é, também, que sua fraqueza como conceito resulta exatamente do fato de se basear em uma definição. Diz Butler (1990) que, na verdade, “o gênero é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma maneira natural de ser” (p. 69).

2 Sadismo aqui significa ativo e penetrador, e masoquismo o desejo de ser penetrado passivamente, correspondendo ao caráter masculino e feminino, respectivamente. Perversão relaciona-se com a desmentida da castração do caráter masculino, e a erotomania, do caráter feminino, corresponde à transferência ao outro do desejo de ser penetrado. A ingenuidade corresponde ao caráter masculino, e a intriga (artimanha), ao caráter feminino. Violência assassina configura a estrutura interna masculina, e maldade oculta, a estrutura interna feminina.

A autora contesta a noção de identidade de gênero ao afirmar que gênero não é o que somos, mas o que fazemos e, em função disso, ou seja, do que fazemos, temos o nosso corpo designado como masculino ou feminino. O gênero, portanto, para Butler, é performativo e se constitui a partir de um discurso³. Ela refere que o anúncio ao casal gestante é uma menina ou é um menino, feito pelo médico diante da tela de um aparelho de ultrassonografia, põe em marcha o processo de fazer desse ser um corpo feminino ou masculino. Trata-se de um ato performativo que inaugura uma sequência de atos performativos que vai constituir um sujeito de sexo e de gênero. Mais do que a descrição de um corpo, assevera Butler, tal declaração designa e define o corpo, configurando, em suas palavras, uma *interpelação fundante* do gênero a partir de uma matriz heteronormativa imposta por meio de dispositivos culturais e políticos hegemônicos.

Embora o conceito de *essência do gênero* de Lander tenha como base a teoria psicanalítica, as ideias freudianas implicadas merecem consideração à luz das questões contemporâneas que influenciam a construção da subjetividade. No pensamento de Fiorini (2014), as mudanças na posição feminina e a maior visibilidade e aceitação das diferentes apresentações da sexualidade colocam em discussão a teoria analítica no que diz respeito à diferença sexual, ao conceito de masculinidade e feminilidade, à prioridade fálica, à inveja do pênis na menina e à noção de desejo, ampliando o Édipo para além do modelo de família nuclear. A proposta da autora é “analisar os processos de subjetivação sexuada para mais além dos binarismos restritos do Édipo positivo” (p. 55), ou seja, nos limites do complexo de Édipo completo para que possamos historicizar aquilo que se apresenta como um axioma imutável da teoria.

A posição do analista

Parafraseando McDougall (1999)⁴, talvez possamos dizer que é descabido precisar que um determinado analista seja heterossexual ou homossexual, quanto mais não seja por que tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade não cabem dentro de uma singularidade, inscrevem-se sempre e, inapelavelmente, na pluralidade. A respeito desse tema, é possível que isso pouco importe; o essencial

3 Butler baseia-se na teoria dos atos de fala de Austin (que distingue entre os enunciados constataativos, aqueles que descrevem um fato, e os performativos, aqueles que, ao serem proclamados, fazem acontecer aquilo que proclamam) e nas noções de citacionalidade e reiteração de Derrida (Louró, 2016, p. 13).

4 “Talvez seja impreciso supor que um determinado indivíduo seja necessariamente heterossexual ou homossexual” (McDougall, 1999, p. 24).

é que o psicanalista esteja livre para perder sua identidade a fim de trabalhar em todas as posições necessárias ao paciente. Não obstante, devemos ter presente que o analista, dentro e fora do seu consultório, encontra-se inapelavelmente na condição de sujeito sexuado, portanto, subordinado aos seus próprios conflitos inconscientes relacionados com a hetero e a homossexualidade, engendrados pela bissexualidade inata e pela polimorfa e traumática sexualidade infantil. Na acepção de Isay (1996), “Se o psicanalista adota a teoria psicanalítica tradicional de que um desenvolvimento normal conduz apenas ao heterossexualismo, será difícil para ele, por mais que tente não ser preconceituoso, agir de maneira neutra” (p. 42). O autor vai mais longe ao sugerir que, por conta dessa posição teórica, ao não fazer as perguntas necessárias, ele bloqueará a possibilidade de ajudar seus pacientes a se sentirem menos inibidos ou a terem menos conflitos com a sua homossexualidade. Ainda que não pretenda mudar a orientação sexual de seus pacientes homossexuais, ele poderá transmitir o seu preconceito através de comentários, sugestões, desinteresse por determinados assuntos e, até mesmo, pelo tom de voz adotado em suas intervenções. Por outro lado, a homossexualidade do analista apresenta dificuldades transferenciais e contratransferenciais que não devem ser desconsideradas em relação tanto a pacientes heterossexuais quanto a homossexuais, mas a questão que se coloca é se não são as mesmas quando o analista é heterossexual, caso consigamos excluir a influência da cultura dominante na teoria e da prática psicanalíticas. Tendo presente a advertência de Freud (1937) de que “o relacionamento analítico se baseia no amor à verdade, e que isso exclui qualquer tipo de impostura ou engano” (p. 282), somos obrigados a nos questionar sobre a observação de Isay de “que quando um terapeuta *gay* escolhe não revelar aos seus pacientes que é homossexual, por vergonha ou medo da exposição, ele deixa de oferecer ao paciente um modelo pessoal de integridade que é essencial para o difícil autoexame de qualquer terapia bem-sucedida” (p. 46).

Considerando a indispensável neutralidade do analista, quem sabe tenhamos de ponderar que o problema não reside nem exatamente na revelação da homossexualidade nem na revelação da heterossexualidade, mas no fato de o analista sentir-se envergonhado da condição de *gay* e temer a sua exposição, evidenciando a dificuldade dos homossexuais de vencerem as barreiras impostas pelos preconceitos enraizados na cultura.

Parentalidade

Relacionadas à sexualidade, com igual importância, vemos crescer no mundo contemporâneo as novas apresentações da parentalidade, ampliando

as possibilidades de relacionamento familiar e a criação de filhos para além do tradicional modelo de família nuclear, patriarcal, hierárquico, vertical, monogâmico e heterossexual que predominou ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX. Ao abordar a diversidade e complexidade nas famílias do século XXI, afirma Walsh (2012) que “a definição de ‘família’ precisa ser expandida para abranger um novo espectro e a remodelação fluida dos padrões relacionais domésticos” (p. 3), lembrando que “as teorias de normalidade foram construídas por grupos dominantes, reificadas pela religião ou ciência e usadas para patologizar os que não se enquadram nos padrões prescritos” (p. 4). Atualmente, ao lado do modelo tradicional, encontramos as famílias reconstituídas, com filhos do relacionamento atual e de casamentos anteriores dos cônjuges, as famílias monoparentais⁵ e, ainda, as famílias cujos cônjuges têm o mesmo sexo e os filhos são adotados ou nascidos por fertilização assistida e outros meios como a *barriga de aluguel*. Reivindicam o mesmo reconhecimento casais formados por parceiros transgêneros e que configuram outras apresentações da diversidade sexual e de gênero.

Mesmo com o conhecimento de que o chamado *modelo tradicional* não tem a ver com a natureza, mas com a cultura predominante, não podemos fugir de perguntar se essas novas configurações realmente constituem uma família, se são capazes de agir adequadamente na educação e na formação moral dos filhos e, ainda, se são capazes de criar e manter o tão almejado e valorizado sentimento de família que, tudo indica, firmou-se a partir do século XVIII. Em resposta a essas questões, destaca Alizade (2016) que a dupla parental heterossexual deixou de ser o elemento fundamental na educação dos filhos, predominando a capacidade de colocar em primeiro plano o amor, o sacrifício e a responsabilidade. A autora enfatiza que a introdução do conceito de função – paterna e materna – descolou da origem biológica e do sexo dos pais os indispensáveis cuidados com os filhos nas diferentes etapas do desenvolvimento e cria a noção de *função família*, entendida como uma rede de sustentação que ultrapassa os limites da família nuclear convencional com vista a conceder à criança o acesso ao universo simbólico.

Uma consideração recorrente na atualidade diz respeito à questão da função paterna e às consequências de seu declínio nas novas combinações parentais. A respeito desse tema, argumenta Fiorini (2016) que a função paterna é herdeira

5 De acordo com Kreider & Elliott (2009), as famílias monoparentais, com um número crescente de homens, a maioria homossexuais, representam mais de um quarto de todas as famílias norte-americanas com filhos com menos de 18 anos (Walsh, 2012).

do *pater familie* do Direito Romano, que se sustentou através dos séculos com o apoio de uma divisão hierárquica dos sexos, na qual se encontra implicada a dicotomia *mãe-natureza* por um lado e *pai-cultura* de outro, destituindo a mulher de capacidades simbólicas por direito próprio e não apenas quando tenha internalizada a função paterna, como muitas vezes é referido. A autora refuta a denominação de *paterna* a essa função simbólica, sugerindo o termo *função terceira*, tendo em vista que aquela é uma forma de universalizar o que é em realidade uma operação simbólica atada a um determinado tipo de sociedade e ideologia.

Comentários finais

No contexto da temática da diversidade na sociedade contemporânea, sem sombra de dúvida, o gênero ocupa uma posição central e paradigmática. Não obstante, uma crítica que fazemos em relação a esse conceito é que ele mantém o caráter binário da sexualidade, cuja linearidade com o sexo anatômico estabelece um padrão de normalidade quando identidade sexual e identidade de gênero são concordantes e um desvio quando são discordantes. De certa forma, a medicina, incluindo a psiquiatria, diferentemente do que ocorria no passado, demonstra aceitar com naturalidade essa discordância, a ponto de oferecer a possibilidade de mudança cirúrgica de sexo, em muitos locais, gratuitamente. Contudo, não deveríamos considerar que, nessa situação, ainda que inconscientemente, pelo menos em alguns casos, revela-se uma nova face do preconceito, representada pela ideia de um pretense gênero verdadeiro e a respectiva sexualidade nele presumida? E ainda: não estaria uma parte dos indivíduos que se submetem a esse procedimento cirúrgico, tratados a partir de então como pacientes, também submetida ao preconceito da sociedade com o aval da comunidade científica? Disse um transexual que realizou essa cirurgia que não queria apenas sentir o seu corpo, mas sentir que ele era o seu corpo, em conformidade com a ordem compulsória: sexo, gênero e desejo. Uma crítica contundente a essa linearidade encontramos na feminista e escritora francesa Monique Wittig, para a qual a própria morfologia seria consequência de um sistema conceitual hegemônico, propondo, por conta disso, uma “desintegração” de corpos culturalmente constituídos (Butler, 1990, p. 12).

A análise de pacientes lésbicas, cuja preferência sexual, para muitos analistas, reflete uma dessexualização do corpo feminino, leva-nos a pensar na consideração de Laura Mulvey (1975), crítica cinematográfica e feminista britânica, de que o prazer de olhar e a fascinação com o corpo feminino em seus possíveis contornos

poéticos e eróticos não é uma prerrogativa apenas de homens, muito menos segue a mesma lógica voyeurística. Se essa consideração representou uma crítica ao cinema adequada para o seu tempo, 40 anos atrás, na atualidade, a sétima arte tem dado demonstrações de uma compreensão menos comprometida com as normatizações e as prescrições sociais. Como exemplo, citamos o filme do jovem e talentoso diretor canadense Xavier Dolan, *Lawrence Anyways* (2012), no qual o personagem, apesar de sentir-se bem com cabelos longos, lábios pintados e lindos brincos nas orelhas, ama e deseja sexualmente a sua esposa de uma forma muito intensa. Ela também o ama e o deseja profundamente, mas sucumbe ao preconceito social. Isso no primeiro momento, depois se rende à singularidade e à diversidade da sexualidade humana.

É preciso ter presente a advertência de Butler (2016) de que

para Freud, a sexualidade não está naturalmente ligada à reprodução. Ela tem objetivos que muitas vezes não são compatíveis com a reprodução heterossexual, e isso produz um obstáculo permanente para aqueles que querem afirmar a existência de formas naturais de desejo masculino e feminino ou da própria heterossexualidade (p. 49).

Nessa linha, fica evidente o não comprometimento da obra freudiana com o quadro rígido das normatizações e prescrições comportamentais estabelecidas pelo conceito de gênero. A naturalização da heterossexualidade estabelece uma relação mimética do gênero com a materialidade do corpo, cria a heteronormatividade e a torna compulsória para homens e mulheres. Em que pese a Freud ter enfatizado ao longo de sua obra a bissexualidade inata e o polimorfismo da sexualidade infantil, na clínica, ainda hoje, buscamos encontrar uma causa para a homossexualidade, em um trabalho que o psicanalista Richard Isay, na publicação anteriormente citada, denominou, a partir de sua própria experiência como analisando, de *heterossexualização* do paciente.

Conforme acentua Fiorini (2015), cabe à psicanálise contemporânea abordar o amplo espectro de subjetividades que não encontram cabida na lógica binária estrita da diferença sexual homologada nos dualismos fálico-castrado e masculino-feminino, lembrando que os enunciados *sou homem* e *sou mulher* não correspondem, necessária e linearmente, aos enunciados *desejo uma mulher* e *desejo um homem*. A isso, agregam-se as questões relacionadas às transexualidades e, ainda, às maternidades e paternidades, em particular o *desejo de filho* que, para a autora, ultrapassa o limite da mulher e do homem biológicos. Faz-se necessário, portanto, revisar a narrativa edípica para explicar os processos de subjetivação vigentes nas novas formas de viver o amor, a sexualidade e constituir uma família.

Para finalizar, não podemos deixar de consignar a importância das identificações, do conflito e dos sintomas nas manifestações da sexualidade dos indivíduos, para além das homo e heterossexualidades, das vicissitudes do difícil processo de separação-individuação e, ainda, da genética que, nos últimos anos, tem ampliado o conhecimento sobre esse importante campo das relações humanas. De acordo com tais avanços, em que se destaca o fenômeno da metilação com a formação de epimarcas ancoradas junto aos genes responsáveis pela sensibilidade à testosterona, capazes de masculinizar o cérebro de meninas ou afeminar o de meninos, a antiga visão do sexo como um binário condicionado pelos cromossomos XX ou XY, como sugere Varella (2015), deveria ser definitivamente abandonada. De fato, se, por meio de estudos recentes sobre o DNA, podemos aventar que a homossexualidade é um fenômeno da natureza tão biológico quanto a heterossexualidade, somos levados a questionar a linearidade sexo-gênero-prática sexual e a concordar com Freud (1925) sobre o fato de “que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto” (p. 320). Para muitos autores atuais, a sexualidade e o gênero precisam ser enfocados multidisciplinarmente. Nessa linha, perguntamos se não caberia pensar, por exemplo, no *efeito borboleta* da teoria do caos, base do pensamento complexo, o qual nos permite concluir que “a unificação e a homogeneização são ilusões que excluem o respeito pelas diversidades e pelas heterogeneidades” (Morin, Motta & Ciurana, 1990, p. 63).

Coerentemente com esse ponto de vista, pode-se ler no Museu do Amanhã (Rio de Janeiro) um pequeno texto, que abaixo transcrevemos, ao qual caberia colocar o título que, parafraseando Freud (1924)⁶, demos a este trabalho: A diversidade é o destino.

O amor e o afeto ocorrem de inúmeras maneiras. As relações conjugais, a familiaridade e o parentesco são os ingredientes básicos sobre os quais se assentam nossas vidas e estão presentes, de modos variados, em todas as culturas. Por isso, os ritos e costumes relativos à vida dos casais e à criação dos filhos são componentes essenciais de cada cultura. A sexualidade é um dos traços fundamentais da nossa experiência. Amar também é reconhecer e respeitar a diversidade de orientações sexuais e os direitos de homens, mulheres e crianças em todo o planeta.

Nessa linha, como ponto final, fazem sentido as palavras de Walsh (2012): “Além do reconhecimento da diversidade, o cultivo do pluralismo cultural, com compreensão mútua e respeito pelas afinidades e diferenças, pode ser uma força que vitaliza uma sociedade” (p. 17).

⁶ “A anatomia é o destino” (Freud, 1924, p. 222).

The diversity is the destiny

Abstract: Psychoanalytic considerations about the concept of gender in the light of the new presentations about sexuality and parenting in which it is questioned the linearity sex-gender-sexual practice in agreement with Freud's statement (1925) that the pure masculinity and femininity are but theoretical constructions of uncertain content : these result , according to Butler's hypothesis (1990), from a hegemonic discourse supported by culture, religion and Science , to the detriment of the acknowledgement of the differences that, in the contemporary world, grants love their greatest expression at all levels of relationships.

Keywords: Contemporary world. Gender. Psychoanalytic theory. Sexual difference. Sexuality.

Referências

- Alizade, M. (2016). La liberación de la parentalidad em el siglo XXI. In: Alkolombre, P., & Holovko, C. S. *Parentalidades y género: su incidencia en la subjetividad*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Beauvoir, S. (1949). *The second sex*. New York: Vintage, 1973.
- Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. (2016) Entrevista. *CULT*, 19 (6), 49.
- Fiorini, G. L. (2014). Repensando o complexo de Édipo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48 (4), 47-55.
- _____. (2015). *La diferencia sexual en debate: cuerpos, deseos y ficciones*. Buenos Aires: Lugar.
- _____. (2016). La nostalgia del padre: función paterna o función tercera? Alkolombre, P., & Holovko, C. S. *Parentalidades y género: su incidencia en la subjetividad*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Freud, S. (1898). A sexualidade na etiologia das neuroses. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- _____. (1923). O ego e o id. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- _____. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica dos sexos. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1930[1921]). O mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1931). Sexualidade feminina. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1933[1932]). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 22). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1937). Análise terminável e interminável. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- _____. (1940[1938]). Esquema de psicanálise. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- _____. (1940[1938]). A divisão do ego no processo de defesa. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Isay, R. A. (1996). *Tornar-se gay: o caminho da auto-aceitação*. São Paulo: Edições GLS.
- Lander, R. (2010). La masculinidade questionada. *Trópicos*, 18 (1), 43-56.
- Louro, G. L. (2016). Uma sequência de atos. *CULT*, 19 (6), 12-15.
- McDougall, J. (1999). Teoria sexual e psicanálise. In: Ceccarelli, P. R. *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta.
- Money, J. (ed.) (1965). *Sex research new developments*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Money, J., Hampson, J. G., & Hapson, J. L. (1955). An examination of some basic sexual concepts: the evidence of human hermaphroditism. *Bull. Johns Hopkins Hospital*, 97, 301-310.
- _____. (1956). Sexual incongruities and psychopathology management. *Bull. Johns Hopkins Hospital*, 98, 43-57.

- Morin, E., Motta, R., & Ciurana, E-R. (1990). *Educar para a era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humanos*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- Mulvey, L. (1975). Visual pleasure and narrative cinema. *Screen*, 16 (3), 6-27.
- Person, E., & Ovesey, L. (1999). Teorias psicanalíticas da identidade de gênero. In: Ceccarelli, P. R. *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta.
- Stoller, R. (1968). *Sex and gender*. New York: Janson Aronson, 1974.
- _____. (1975). *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.
- _____. (1985). *Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Varella, D. (2015, 14 de novembro). Homossexualidade e DNA. Artigo publicado na *Folha de São Paulo*.
- Walsh, F. (2012). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA
Revisão de português: Débora Nascimento

Recebido em: 10/04/2017
Aprovado em: 20/04/2017

Gley Silva de Pacheco Costa
Rua Mariante, 288 / 1308
90430-180 Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: gley@terra.com.br

A revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre é uma publicação semestral editada regularmente desde 1999. Encontra-se indexada na Base de Dados INDEX PSI Periódicos e BiViPsiL, Biblioteca Virtual de Psicanálise de Latinoamerica. Tem por finalidade publicar trabalhos selecionados por sua relevância teórica, visando aprofundar, ampliar e difundir o pensamento psicanalítico, assim como todo o conhecimento que apresente interfaces com a psicanálise.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre. - Vol. 1, n. 1 (jan/dez. 1999)– . – Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, 1999– v. ; 25 cm.

Revista indexada na base de dados INDEX PSI Periódicos.
Periodicidade: semestral a partir de 2001.
ISSN 1518-398x

1. Psicanálise I. Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre.

CDU 615.851.1
CDU 616.891.7

Bibliotecária Responsável: Adriana Clô Lopes – CRB10/1951
Tiragem: 200 exemplares

Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre

Praça Dr. Maurício Cardoso, nº 07 / 2º andar – CEP 90570-010

Porto Alegre – RS – Brasil

Tel./Fax 55 51 3330-3845 | 3333-6857

www.sbpdepa.org.br

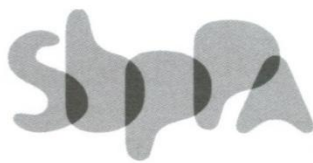
e-mails: secretaria@sbpdepa.org.br | biblioteca@sbpdepa.org.br

v. 19, n. 1, 2017

Luciana
Buseffi

psicanálise

Revista da Sociedade Brasileira de
Psicanálise de Porto Alegre



SOCIEDADE BRASILEIRA DE
PSICANÁLISE
DE PORTO ALEGRE

Filiada à Associação Psicanalítica
Internacional desde 1992, à FEPAL e à
Federação Brasileira de Psicanálise